

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
Sharm El Sheikh, Egipto

EX.CL/425 (XIII)

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE A
CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DAS MULHERES AFRICANAS NO
CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE A CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DAS MULHERES AFRICANAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO

Introdução:

A Conferência da UA adoptou a Decisão UA/Dec.134-164 (VIII), relativa à implementação do Artigo 11 da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (SDGEA), em Janeiro de 2007. Esta Decisão solicitou a Comissão a organizar com urgência uma Conferência Continental sobre Capacitação Económica das Mulheres Africanas com vista a articular estratégias para a avaliação da situação económica das Mulheres Africanas, incluindo a criação do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres.

Uma Conferência Continental sobre Capacitação Económica das Mulheres Africanas, foi organizada conjuntamente pela Comissão da UA e o Governo do Malawi, em Lilongwe, Malawi, em 17-19 de Março de 2008. Contou com a participação de aproximadamente 120 participantes, representando 25 Estados Membros, com participantes na Conferência que são peritos nos ministérios relevantes sobre Assuntos ligados à Mulher, Assuntos Económicos e Finanças nos Estados Membros da UA, as organizações da sociedade civil, académicos e o sector privado.

Os objectivos desta conferência foram:

1. Avaliar a situação de implementação de planos de acção a nível global e continental sobre a capacitação das mulheres africanas.
2. Analisar as conclusões do estudo sobre a criação do Fundo Fiduciário (Trust Fund).
3. Analisar as conclusões do Estudo da UA/NEPAD/CEA/Sector sobre a participação da Mulher na Economia.
4. Propor mecanismo para a criação e funcionamento do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres.
5. Examinar os desafios essenciais que a União Africana pode enfrentar na implementação da decisão Assembly/AU/Dec.134-164 (VIII).
6. Partilhar experiência e ensinamentos da Apresentação sobre Fundos Fiduciários para Mulheres existentes em África.
7. Explorar o Papel de TIC no aumento do acesso aos recursos financeiros
8. Explorar e propor um quadro de Lançamento e Roteiro para a criação do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres

O resultado da Conferência foi orientado para a identificação dos principais processos, mecanismos e estruturas necessários para a criação do Fundo Fiduciário da UA para as Mulheres e a elaboração do projecto de Roteiro para a sua operacionalização.

Sessão 1: Actas da Sessão de Abertura

A Conferência iniciou com notas introdutórias e informações, que precederam uma cerimónia de abertura com muito brilho. A cerimónia de abertura contou com a presença de 3 Ministros do país anfitrião incluindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Assuntos ligados a Mulheres, do Turismo, Vice-Ministro, Parlamentares, Embaixadores, Diplomatas, Representantes Nacionais de ONGs e OSC.

O representante do Escritório Regional da UA em Malawi fez o seu discurso de abertura e solicitou os convidados a apresentar as suas intervenções. Começou por agradecer aos organizadores e Embaixadores Africanos e chamou a atenção para a importância do tema da conferência, que é a capacitação das mulheres africanas.

O representante da Comissão Económica para África (CEA) apresentou à conferência os agradecimentos e apoio do Secretário-Geral da CEA e enfatizou a cooperação entre a UA&CEA. Também realçou o papel da Direcção de Género na UA na promoção da capacitação da Mulher em África nas várias actividades e programas. O representante da CEA informou a conferência, sobre o reposicionamento dos programas de Capacitação Económica das Mulheres na CEA com outros parceiros e apoiou o plano da UA em curso no que respeita à protecção dos direitos da mulher, redução da pobreza e também salientou a estatística do género como sendo um elemento muito importante para um melhor desenvolvimento e planificação. Evocou igualmente a Conferência de Beijing e seus resultados.

Na sua apresentação a Directora de Género da UA apresentou os agradecimentos do Presidente da CUA à conferência, agradeceu aos organizadores, e ao governo do Malawi pelo acolhimento da conferência, e agradeceu igualmente à CEA e ao Departamento de Assuntos Económicos pelo seu apoio. Reconheceu o número crescente de mulheres empresárias e como reflecte a contribuição das mulheres ao processo de desenvolvimento. Informou também a conferência sobre os desafios existentes e reforçou que esses variam em virtude das diversas políticas governamentais, devido à falta de fundos etc. Terminou a sua apresentação, realçando o mandato da conferência e a forma como a conferência deverá alcançar um roteiro e recomendações concretas relativamente ao Fundo Fiduciário.

Na sua alocução, a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Malawi começou por agradecer à UA por ter depositado a sua confiança nas pessoas e no governo do Malawi para organizar essa conferência. Seguidamente destacou a grande importância da capacitação económica das mulheres e a necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de decisão e no Parlamento, como o primeiro passo para a realização dos ODMs. Também informou os participantes sobre como as mulheres africanas se articularam muito bem para alcançar as suas metas e recomendou que as mulheres devem ser envolvidas na concepção dos programas que lhes são destinados, particularmente a nível local.

A Ministra de Género e de Assuntos ligados a Mulheres e Crianças do Malawi começou por dar as boas-vindas e agradecer à UA por honrar o Malawi e dar-lhe a oportunidade de acolher e organizar a reunião. A Ministra realçou que a capacitação das mulheres tem um impacto directo no processo de desenvolvimento sócio-económico. Também referiu que há um reconhecimento universal no sentido de integrar o papel das mulheres no desenvolvimento e observou que é necessário realizar muitas acções para implementar activamente a recomendação e plataforma de acção de Beijing, os programas prioritários da UA e (ODMs 3,4,5,6). Realçou o protocolo dos direitos das mulheres como sendo um instrumento que defende a participação das mulheres no processo de desenvolvimento. Esclareceu ainda sobre a criação de um ambiente adequado e capaz no sector formal, particularmente nas zonas rurais e outras, para a integração do género e a nível de tomada de decisão. A Ministra informou os participantes sobre a situação em Malawi e como as mulheres vêm desempenhando o seu papel no governo e no parlamento. Informou que as mulheres constituem mais de 50% da população da África, e que sem a capacitação das mulheres no reforço do crescimento económico não será possível alcançar nenhum crescimento sustentável. Malawi está a trabalhar para atingir esse objectivo com os países da SADC e o Fundo Fiduciário para as Mulheres Africanas foi muito apreciado. O resultado desta conferência deverá estabelecer uma base sólida para a capacitação das mulheres através do Fundo Fiduciário. Desejou que a conferência alcance uma recomendação orientada para a acção e apelou à UA para reforçar a rede de mulheres e terminou declarando oficialmente aberta a conferência.

Sessão 2: Apresentações

Apresentação sobre o Mandato da Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento da CUA, Política do Género da UA, pela Sra. Litha Musyimi Ogana, Directora de WGDD

Ela começou a sua apresentação dizendo que a WGDD é um ponto focal que identifica as preocupações das mulheres e, através de intervenções eficazes, as incorpora nas políticas, programas e actividades da UA, a nível da Comissão da UA, outros Órgãos da UA, CERs e Estados Membros. A WGDD encoraja e apoia os Estados Membros da UA a implementar políticas destinadas a alcançar a igualdade e equidade entre os sexos, garantindo que homens e mulheres tenham igual acesso às estruturas do poder que controlam a sociedade e determinam o processo de desenvolvimento, iniciativas de paz, e a adoptar medidas para a implementação efectiva dos acordos, recomendações e decisões existentes sobre questões que afectam as mulheres numa perspectiva de género.

Afirmou que a nível da UA a paridade de género foi concretizada em 2000 através da adopção do Ato Constitutivo da UA, da adopção em 2003 do Protocolo relativo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, e da adopção em 2004 da Declaração Solene sobre Igualdade do Género em África.

Sobre a estrutura da WGDD, ela informou os participantes que a WGDD tem 3 divisões, nomeadamente a Divisão de Análise e Controlo do Género, a Divisão dos Direitos das Mulheres e a Divisão de Coordenação e Informação

Mencionou que nos últimos três anos e meio, a WGDD tem dado atenção especial às cinco áreas nomeadamente: Desenvolvimento do tecido institucional necessário, Reforço da capacidade interna para a integração do género, Implementação da Declaração Solene dos Chefes de Estado da UA sobre Igualdade do Género em África, Criação de Parcerias e Apoio e Reforço da intervenção das mulheres nos processos de paz. A apresentadora informou os participantes que a WGDD levou a cabo em 2006 uma Auditoria sobre o Género aos Departamentos da Comissão da UA. Acrescentou que a WGDD está a implementar a Política do Género da UA que será adoptada na Cimeira de Julho 2008. Também mencionou a participação efectiva/apoio da CUA no 9º Congresso da Organização das Mulheres Pan-africanas (PAWO) que se realizou em Joanesburgo, África do Sul, em Fevereiro de 2008.

Participação das Mulheres na Economia: Estudo realizado pela UA/NEPAD/CEA, apresentado pela Sra. Emelang da CEA

Na sua apresentação a Sra. Emelang informou os participantes sobre a finalidade do estudo que é: compilar e analisar os dados existentes, identificar os desafios e oportunidades, identificar os agentes de mudança e descrever as funções reais e potenciais dos diferentes actores de desenvolvimento

Relativamente à análise da situação, a apresentadora mencionou que o estudo concluiu que as mulheres são economicamente mais activas, as associações empresariais das mulheres são importantes, o impacto global de mulheres empresárias está a ganhar intensidade, por exemplo, as mulheres produzem mais de 80 por cento de alimentos na África Sub-Sahariana. No que diz respeito aos desafios, ela observou entre outras coisas a falta de experiência, falta de informação sobre negócios e mercados, falta de acesso aos mercados, falta de estratégias de desenvolvimento empresarial e de comercialização etc.

A apresentadora realçou algumas tendências vantajosas como a criação de empregos e a inclusão de mulheres no mercado de trabalho formal com melhorias na situação material das mulheres, melhoria na situação social, autoconfiança, e consciência dos direitos, emprego de mulheres nas Zonas Francas Industriais (EPZ) que provavelmente gerou alguma acção colectiva concertada das mulheres dentro das EPZs e aumentou a sensibilização para o género. Como tendências negativas a Sra. Emelang mencionou a crescente feminização de emprego nos sectores de produção para exportação e de serviços, com salários baixos e benefícios limitados, trabalhos sub-qualificados que tendem a ser destinados a mulheres trabalhadoras sem nenhuma transferência de tecnologia, deterioração da situação de trabalhadoras e perigo de homogeneização descendente das condições de trabalho (por exemplo 65% das mulheres nas EPZs na Namíbia informaram que os seus trabalhos envolvem um risco para a saúde. São expostas a fumos químicos, calor ou frio e falta de equipamento adequado de protecção).

Como recomendações, ela referiu, entre outros, a melhoria das capacidades empresariais das mulheres através das oportunidades de ensino e formação, reavaliação de procedimentos de empréstimo nas instituições de crédito que tenham em conta as necessidades das empresárias, o reforço das capacidades nas organizações empresariais das mulheres para aumentar a sua difusão e impacto, a criação de ligações de mercado e disponibilização de informações de mercado às mulheres, destacando a economia reprodutiva não remunerada, desagregação das estruturas e decisões do género etc.

Política da UA sobre a Capacitação Económica das Mulheres e Integração, apresentado por Mannasseh, Alto Funcionário, Direcção dos Assuntos Económicos

Porque é importante Investir na Capacitação Económica das Mulheres?

- i) Um conjunto de provas de pesquisas que abrangem muitos sectores de desenvolvimento apoia esta noção;
- ii) Exemplos de benefícios para mulheres variam consoante as suas famílias, comunidades e a nível nacional, conforme se demonstra em (capacidades, recursos & segurança).
- iii) Benefícios do mercado de trabalho a mulheres instruídas (níveis mais altos de ensino aumentam a probabilidade de emprego formal remunerado).
- iv) Níveis mais elevados de ensino aumentam os ganhos da participação da mão-de-obra formal mais para mulheres do que para homens.
- v) Há mais probabilidade de as mulheres gastarem os rendimentos que controlam em alimentos, educação e cuidados médicos para as suas famílias
- vi) A melhoria de oportunidades económicas das mulheres é fundamental para a redução da pobreza e o crescimento económico.

Barreiras à Capacitação Económica das Mulheres

- Barreiras legais baseadas em tradições e crenças religiosas – que prejudicam a participação na mão-de-obra, direitos de propriedade e direitos à herança e acesso aos bens produtivos (como terra e crédito).
- Barreiras induzidas pelas políticas associadas a desequilíbrios do género na afectação de recursos que se reflectem na sub-orçamentação dos programas de mulheres nos orçamentos nacionais).
- Barreiras provenientes de níveis de ensino inadequados (limitam a sua participação na mão-de-obra no sector formal, onde os rendimentos são mais elevados e regulares).

- Barreiras relacionadas com o tempo e associadas às funções tradicionais das mulheres
- Incapacidade de integrar a análise do género nas estratégias de redução da pobreza e outras estruturas políticas.

Categorias de Estratégias de Capacitação Económica

- Intervenção Financeira – para melhorar o seu acesso a bens produtivos e crédito disponível
- Desenvolvimento empresarial – através do acesso a conhecimentos, formação em gestão de empresas e melhoria de tecnologias de produção.
- Melhoria do acesso ao mercado de bens e serviços produzidos por mulheres
- Reforço do poder de negociação para alcançar formas mais elevadas & melhores condições de trabalho e oportunidades de emprego.
- Formação correspondente às necessidades de capacidades na economia

Iniciativas levadas a cabo pela UA para a Capacitação Económica das Mulheres:

- i. Criação de um quadro legal para igualdade de género e capacitação das mulheres.
- ii. Instrumentos legais de apoio
- iii. Acto Constitutivo da União;
- iv. Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos & dos Direitos da Mulher em África;
- v. Protocolo sobre os Direitos da Mulher em África que entrou em vigor em Julho de 2003, (apela à protecção dos direitos da mulher na saúde reprodutiva, violência contra as mulheres & eliminação de todas as formas de práticas tradicionais nocivas);
- vi. Declaração Solene Africana de 2004 sobre Igualdade do Género em África (campanhas contra a violência com base no género & Art. 11 da Declaração propõe a criação de um Fundo Fiduciário Africano para Mulheres com a finalidade de desenvolver a sua capacidade produtiva e alargar o acesso aos recursos económicos.
- vii. Os Governos africanos através da Plataforma de Acção de Beijing também se comprometeram a promover uma política de integração do género activa, visível, em todas as suas políticas
- viii. O Programa do Género da UA tem por objectivo garantir que as mulheres e homens tenham acesso igual à necessária participação no desenvolvimento.
- ix. Abordagem feita tem duas vertentes:
- x. Políticas direccionadas a mulheres com base no facto de serem desfavorecidas.
- xi. Abordagem holística que inclui o desenvolvimento baseado no género com o objectivo de integrar as mulheres nas estruturas políticas.

Recomendações para a Promoção da Capacitação Económica do Género:

- i. A elaboração e implementação de políticas macroeconómicas devem tomar em consideração os resultados e impactos diferenciais de género.

- ii. As oportunidades do emprego e actividades geradoras de receitas devem ocupar uma posição central nos programas de capacitação económica das mulheres e PRSPs.
- iii. O acesso à educação e formação baseada nas necessidades é indispensável para uma estratégia de capacitação efectiva.
- iv. Apoio destinado a ajudar as empresárias que administram pequenas e micro-empresas a se expandir no sector formal; criação de fundos de investimento para mulheres & promoção de legislação sensível ao género sobre a capacitação económica das mulheres.
- v. Desenvolver quadros jurídicos bem definidos para a protecção das mulheres no que respeita a herança de terras e recursos baseados na terra.
- vi. Combater as normas e práticas culturais profundamente enraizadas, responsáveis pela discriminação das mulheres e estendidas a nível comunitário.
- vii. Consolidar a capacidade dos governos na orçamentação de programas ligados ao género e análise de políticas económicas em relação ao género.
- viii. Desenvolver estruturas políticas que permitam às mulheres sair do sector informal e encorajá-las a aderir ao mercado de trabalho formal.
- ix. Incluir perspectivas do género nos processos dos orçamentos nacionais.
- x. Aumentar os serviços financeiros disponíveis a mulheres através de sensibilização e programas concretos de desenvolvimento

Ensinamentos do Processo de Integração Africana

- i. Os compromissos políticos muitas vezes não foram traduzidos em políticas e acções nacionais.
- ii. A sobreposição de adesões das CERs tem prejudicado os objectivos de integração.
- iii. Os desafios de integração africana são enormes devido ao facto da África ter muitas fronteiras e Estados comparativamente a qualquer outro continente.
- iv. A África também possui o mais baixo nível de PIB, a mais deficiente qualidade de infra-estruturas e recursos humanos e financeiros e a menor porção do comércio internacional (aproximadamente 2%).
- v. Políticas inconsistentes e os erros macro-económicos continuam a ser problemáticos em toda a África.
- vi. A liderança visionária e vontade política são ingredientes importantes de esforços para uma integração bem sucedida (e.g. o exemplo da integração europeia). A França e a Alemanha representadas por alguns importantes visionários testemunham isso).
- vii. Conflitos endémicos e instabilidade política continuam a constituir um grande obstáculo.

Recomendações para Acelerar o Processo de Integração Africana

- i. Um compromisso político sustentável e uma liderança visionária são ingredientes importantes de iniciativas de integração bem sucedidas.

- ii. Necessidade de pôr termo à duplicação de adesões múltiplas através de um processo de racionalização.
- iii. O compromisso irrevogável para além da retórica, pelos Estados Membros, é essencial.
- iv. Reforço da capacidade técnica para a realização de uma análise informativa de custo-benefício necessita de priorização e de partilha equitativa dos custos e benefícios associados à integração.
- v. Acordos de financiamento compensatórios transparentes & eficazes reduzem o custo de ajustamento.
- vi. É indispensável a implementação de uma política macro-económica prudente.
- vii. É indispensável o envolvimento do sector privado e da sociedade civil.
- viii. Não se pode deixar de realçar a necessidade de capacidades humanas, institucionais assim como infra-estruturas físicas.

Apresentação sobre a Mulher nos Sectores de Comércio, Indústria e Serviços pela Sra. Soanirenela Tsilimbiaza, Directora do Comércio e Indústria

Na sua apresentação a Sra. Soanirenela mencionou várias medidas levadas a cabo pela União Africana para combater a desigualdade baseada no género, com ênfase especial para a adopção do Acto Constitutivo que consagra o princípio de igualdade do género e a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África e o princípio de paridade. Como exemplo, salientou que presentemente na UA há cinco Comissários do sexo masculino e cinco do sexo feminino.

Referindo-se ao impacto da globalização no comércio em África em relação a mulheres, a apresentadora destacou os problemas que as mulheres têm que enfrentar, principalmente estrangimentos de capital, concorrência internacional, dumping, falta de informação, etc.

No que respeita à mulher e serviços, a Sra. Soanirenela mencionou serviços como bancos, seguros, serviços relacionados com transportes etc. assim como os estrangimentos enfrentados pelas mulheres nesses sectores.

Relativamente às Mulheres e indústria, ela evocou a Cimeira da UA de Janeiro de 2008 sobre o tema de industrialização e solicitou a ONUDI a conceder assistência às mulheres. A este respeito, apresentou o exemplo das mulheres Togolesas que receberam apoio da UNIDO para a defumação de peixes. Concluindo, a Sra Soanirenela recomendou que estratégias devem ser definidas para permitir às mulheres ter fácil acesso aos mecanismos de financiamento.

Apresentação sobre a Mulher e o Desenvolvimento na Agricultura: A necessidade de um Fundo Fiduciário Africano, apresentado pelo Prof. R. Omotayo.Olaniyan - Delegado Regional da UA na SADC

Na sua apresentação, o Prof. R. Omotayo.Olaniyan disse que em muitos países em desenvolvimento, as mulheres são as principais contribuidoras para a segurança alimentar. As mulheres rurais são os pilares da agricultura em pequena

escala. Em África, estima-se que as mulheres representam entre 30% a 80% do trabalho agrícola dependendo da área e classe socio-económica. Prosseguiu fazendo um resumo das políticas na agricultura. Afirmou que o desempenho e a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da agricultura em África continua a enfrentar vários obstáculos e alguns desses obstáculos derivam de circunstâncias históricas e culturais e também das insuficiências das políticas nacionais e internacionais existentes para uma integração efectiva das mulheres na produção agrícola e comercialização.

Acerca da questão relativa ao crédito, o apresentador explicou que a limitação mais importante sobre a contribuição das mulheres para o desenvolvimento agrícola é a falta de crédito. A maioria das mulheres, especialmente as das zonas rurais, não tem dinheiro nem acesso a empréstimos formais. Acrescentou que várias outras dificuldades enfrentadas pelas mulheres na produção agrícola estão associadas à falta de crédito.

No que respeita ao Fundo Fiduciário Africano para Mulheres, o Prof. Omotayo disse que as características de um Fundo Fiduciário Africano para Mulheres devem, inter alia, cumprir os seguintes objectivos:

- Um objectivo importante do fundo deve ser disponibilizar recursos financeiros adequados às mulheres nas zonas rurais dos países africanos para facilitar os resultados da produção agrícola.
- Disponibilização de recursos para facilitar a comercialização dos produtos tanto a nível local como internacional.
- O fundo deve ter como finalidade a capacitação da mulher africana para reforçar a sua contribuição ao desenvolvimento agrícola e nacional para a redução da pobreza.
- O fundo deve ter por objectivo transformar a agricultura de pequena escala das mulheres em agricultura mecanizada de grande escala para uma maior produção em África.
- O fundo deve apoiar as mulheres na pesquisa e desenvolvimento o que é a base para aumentar a produtividade.

Concluindo, disse que o sector agrícola continua a ser o sector fundamental para o crescimento e desenvolvimento económico sustentável de muitos países. As mulheres são a principal força motriz neste sector, em produção e comercialização. Referiu que a falta de avanço no sector agrícola em muitos países africanos continua a ser a razão principal para o fracasso na erradicação da pobreza no continente

O Curso da UA sobre Género e Tomada de Decisão Económica que integra as Necessidades Especiais das Mulheres e Homens em África, apresentado pela Dra. Leila Ben Ali, Chefe da Divisão de Análise e Controlo do Género, da Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento.

A apresentadora começou por contextualizar o curso informando que a Comissão da União Africana (CUA), em concertação com NU-IDEP, tinha organizado em Novembro de 2006 o seu primeiro Curso em inglês sobre a Tomada

de Decisão Económica que integra as Necessidades Especiais das Mulheres e Homens em África, o primeiro do género no Continente. A segunda edição do curso foi ministrada em Francês em Novembro de 2007 (de 12 de Novembro a 5 de Dezembro de 2007).

As políticas económicas africanas não incluem, na maioria dos casos, o género como uma variável na análise macro-económica e formulação de políticas. As políticas económicas tais como a liberalização do comércio e as políticas fiscais, monetárias e cambiais identificam empregos orientados para o mercado e ignoram o sector informal ou não-estruturado que inclui o trabalho de subsistência não remunerado e as tarefas relacionadas com o papel reprodutivo das mulheres nos agregados familiares. Do mesmo modo os responsáveis pela elaboração de políticas económicas e comerciais devem concentrar-se não apenas no crescimento económico mas também em outras necessidades sociais e infra-estruturais dos vários grupos na sociedade.

Embora seja verdade que a maioria dos economistas não é sensível a assuntos relacionados com o género, é igualmente verdade que os peritos em questões do género têm conhecimentos limitados de ciências económicas. É por conseguinte necessário estabelecer uma ligação e comunicação entre os economistas e especialistas do género para que possam partilhar conhecimentos de questões económicas e sobre o género.

Pretende-se com este curso de formação capacitar os dirigentes políticos africanos, defensores e legisladores com os instrumentos analíticos conceptuais necessários para compreender o género no contexto do desenvolvimento económico e social, e proporcionar instrumentos práticos para a integração do género no processo de redução da pobreza, assim como no quadro e processos do desenvolvimento político no Continente. O curso também tem por objectivo melhorar a sensibilização dos negociadores comerciais africanos em relação ao género.

Objectivos do Curso

Os objectivos globais são reforçar as capacidades dos formuladores de políticas económicas de África, planificadores de orçamentos, especialistas em desenvolvimento e defensores da política sobre o género, para lhes permitir conceber e implementar políticas e programas económicos sensíveis ao género.

Os objectivos específicos incluem:

- * Melhor entendimento dos conceitos do género e melhoria dos conhecimentos teóricos e práticos da abordagem do género;
- * Aquisição de conhecimentos e competências na formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e orçamentos na perspectiva do género;
- * Melhoria do conhecimento de instrumentos internacionais destinados a alcançar a paridade do género;

- * Capacitação dos participantes com conhecimentos e competências para a integração da perspectiva do género nos diálogos de políticas nacionais de desenvolvimento e negociações internacionais;

- * Reforço das capacidades dos participantes para a realização de pesquisas e estudos sobre questões do género a nível da comunidade;

- * Proporcionar aos participantes dos vários países a oportunidade de partilharem experiências e recursos.

População Alvo

O Curso tem como público alvo os planificadores e técnicos, principalmente os profissionais de nível alto e médio do sector público nacional, pessoal da União Africana incluindo NEPAD, as Comunidades Económicas Regionais (CERs), funcionários das organizações da sociedade civil regionais, nacionais e internacionais, e investigadores desejosos de actualizar as suas capacidades de analisar e integrar questões do género no desenvolvimento económico.

Módulos do Curso

Este curso é constituído por cinco (5) módulos, a maioria dos quais são módulos sobre abordagem do género e política económica em África.

- * Módulo 1 : Reforço do género no desenvolvimento
- * Módulo 2: Integração do género nas políticas macroeconómicas.
- * Módulo 3 : Introdução da perspectiva do género nas políticas sectoriais
- * Módulo 4: Integração do género nos sistemas de desenvolvimento contemporâneos.
- * Módulo 5: Integração do género no contexto macro-económico existente.

Economia de TICs para a Capacitação das Mulheres, apresentado por Essam M. Abulkhirat, Alto Funcionário, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia

O apresentador começou por referir que a vida é muito diferente para as mulheres e homens nos países em desenvolvimento como os países africanos, com mulheres que geralmente desfrutam de muito menos direitos e recursos. Estas desigualdades limitam as capacidades oportunidades, e realizações das mulheres. Mas na economia global de hoje voltada para o conhecimento, as TICs oferecem um enorme potencial para a redução da pobreza e promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo em termos do género.

Desequilíbrios de Género na Economia Africana

O género não tem ocupado o lugar central nos muitos esforços para estabelecer e institucionalizar meios de comunicação livres e pluralistas nas sociedades africanas hoje. Para a maioria das mulheres africanas, o exercício das liberdades fundamentais de expressão e informação é duplamente estrangido por leis e práticas patriarcais, e por conflitos económicos e políticos cujo impacto também é engendrado. O fracasso para entender estes direitos numa perspectiva do género complica a situação, e também coloca dificuldades baseadas no género.

Desafios da Produção de TIC para Capacitação Económica

1. Acessibilidade e Disponibilidade de Infra-estruturas de TIC
 - Acesso a infra-estruturas de telecomunicações
 - Acesso às TICs
 - Custos de acesso e falta de soluções disponíveis
 - Falta de sensibilização sobre o género na política de telecomunicações e TIC
2. Factores Jurídicos, Sociais, Culturais e Económicos
 - Constrangimentos jurídicos e reguladores
 - Limitações de linguagem e de conteúdo
 - Educação e competências
 - Abordagem sobre mulheres no sector informal
 - Privacidade e segurança

Estratégias Práticas

- Disponibilizar o acesso das comunidades às TICs
- Defender e desenvolver programas de formação financiados pelos governos
- Desenvolver conteúdos de interesse especial nas línguas locais
- Técnicas participativas de sensibilização sobre o género para avaliar as necessidades e demandas das mulheres em termos de TICs

Recomendações que levam em conta a Perspectiva do Género

Em geral, há uma necessidade de produzir programas de promoção de TICs. A inclusão de mulheres e meninas como parceiros iguais nos programas de desenvolvimento sócio-económico e de capacitação é essencial para superar os desequilíbrios de género. A pergunta é como podem as mulheres, e especialmente as jovens que foram marginalizadas, ser integradas nos programas de capacitação para garantir que são beneficiárias? Foram apresentadas sugestões pelo orador, incluindo entre outros: abordagem de acção afirmativa, desenvolvimento de programas adequados favoráveis ao género, inclusão de uma unidade de mulheres em todos os programas de desenvolvimento e formulação de uma Política Nacional de TIC que dê resposta às preocupações de género.

Conclusão

Em geral as mulheres podem usar essa tecnologia para:

- Obter informações que melhoram o seu papel na produtividade função reprodutiva e na comunidade.
- Gerir negócios e trabalhar na indústria de tecnologia de informação.
- Garantir recursos para elas próprias, suas famílias, suas carreiras, e comunidades.
- Ter expressão na sua vida, nas comunidades, e nos governos.
- Adquirir as capacidades necessárias para uma participação igual na economia do conhecimento

Desenvolvimento do Empreendedorismo das Mulheres em África: O Papel dos Intervenientes - apresentado pelo Sr. Mandekor Djimadoum, Economista Sénior, Direcção dos Assuntos Económicos

Com o objectivo de alcançar paridade do género e implementar estratégias de redução da pobreza, o empreendedorismo das mulheres em África tornou-se um ponto central dos programas de desenvolvimento global na maioria dos países africanos bem como na União Africana. Para além dos Estados e da União Africana, outros actores económicos e sociais (associação de empresárias, o sector privado, a sociedade civil, instituições de micro-finanças e bancárias, as Comunidades Económicas Regionais, instituições financeiras regionais e continentais) e instituições internacionais, têm um papel a desempenhar para atingir este objectivo. Para desenvolver a reserva significativa de crescimento económico e desenvolvimento sustentável, representada por mulheres, as condições para a criação, administração e desenvolvimento de actividades económicas devem ser facilitadas e medidas específicas devem ser excepcionalmente adoptadas, particularmente no domínio da posse de terras, formação e acesso ao crédito e aos mercados. A criação de um fundo de desenvolvimento para as mulheres empresárias é sem dúvida uma ferramenta efectiva que merece ser encorajada.

Criação de um Fundo Fiduciário Africano para a Capacitação Económica das Mulheres: Um Estudo de Caso de um Fundo de Desenvolvimento de Mulheres Africanas e Opções para a União Africana - Apresentado pela Sra Bisi Adeleye-Fayemi, Fundo de Desenvolvimento da Mulher Africana

A apresentadora começou a sua intervenção dizendo que a criação de um Fundo Fiduciário para a capacitação económica das Mulheres Africanas foi um dos compromissos ousados feitos na Declaração Solene da UA sobre a Igualdade do Género em África, adoptada em 2004. Ela informou sobre as experiências do Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas (AWDF) como o Fundo para mulheres em África e sugeriu formas em que o proposto Fundo Fiduciário da UA se pode tornar uma realidade.

Realçou os fundos das mulheres e o seu papel no apoio aos movimentos de mulheres. Disse que os fundos de mulheres podiam desempenhar um papel fundamental na promoção de ligações, boa vontade entre governos, o sector privado, ONGs e iniciativas baseadas na Comunidade. Estas conexões podem valorizar a concessão de doações.

A Sra. Bisi Adeleye apresentou o Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas. Referiu que é o primeiro Fundo destinado a Mulheres em África. AWDF não é uma ONG de mulheres, é uma fundação de doações para ONGs de mulheres e programas de mulheres. A visão do AWDF é para as mulheres africanas viverem num mundo em que haja justiça social, igualdade e respeito pelos direitos humanos das mulheres. Mobilizam recursos financeiros com vista a apoiar iniciativas para transformações conduzidas por mulheres africanas a níveis local, nacional e internacional. Os objectivos do AWDF consistem em angariar fundos e fazer

concessões para o apoio de organizações de mulheres africanas sem fins lucrativos que trabalham para a justiça social, igualdade e paz

Sobre a questão relacionada com a criação de um fundo fiduciário para a Capacitação Económica de Mulheres Africanas: opções para a União Africana, a apresentadora salientou que a proposta para estabelecer um fundo fiduciário para mulheres africanas deveria ser vista como uma oportunidade significativa para injectar os recursos necessários nesta importante área de preocupação. Referiu que não está certamente em dúvida a necessidade de um Fundo Fiduciário. As questões pertinentes são as várias opções para a criação desse Fundo e os mecanismos específicos de operacionalização que serão utilizados para atingir os vários grupos alvo. Mencionou várias opções abertas à União Africana na consecução do objectivo da criação do Fundo Fiduciário:

- Criação do Fundo Fiduciário como um Fundo de Programação
- Criação do Fundo Fiduciário tanto como um Fundo de Programação como um Fundo Permanentemente Dotado
- Criação do Fundo Fiduciário como um Fundo Permanentemente Dotado
- Criação do Fundo Fiduciário como um Fundo Operacional

Ela sugeriu que a UA considere a opção 2, para que o Fundo Fiduciário possa apoiar os seguintes grupos alvo com doações, empréstimos e assistência técnica:

- Estados Membros da UA
- CERs
- Mulheres Empresárias Africanas
- OSCs das Mulheres Africanas

Em relação à sustentabilidade do Fundo Fiduciário, ela salientou que este Fundo Fiduciário tem que ser sustentável desde o 1º dia e considerou que este Fundo Fiduciário pode ser apoiado por: Contribuições significativas dos Estados Membros da UA, contribuições do Sector Privado Africano, contribuições de filantropos africanos, contribuições de doadores internacionais, apoio da Diáspora Africana, retorno no fundo de doação.

Como recomendação, os participantes realçaram que deve ser constituído o Grupo de Trabalho do Fundo Fiduciário para iniciar o processo de operacionalização.

Apresentação sobre NEPAD/Fundo Espanhol para a Capacitação das Mulheres em África, pela Sra. Litha Musyimi Ogana, Directora do WGDD

A apresentadora começou com uma exposição sobre NEPAD-Fundo Espanhol para a Capacitação das Mulheres em África. Ela informou os participantes que em 2005 o Ministério Espanhol dos Negócios Estrangeiros organizou um encontro semestral dos seus Embaixadores na África. Em 2005, o tema do Encontro foi "o Papel dos Africanos no Desenvolvimento". Durante a reunião a representante da NEPAD, Sra Litha Musyimi-Ogana, fez uma apresentação sobre o

Papel da Mulher Africana no Desenvolvimento que foi a base para as relações de trabalho entre o governo espanhol e o Secretariado da NEPAD. Esta reunião originou a criação da Economia Espanhola para as Mulheres Africanas. No primeiro encontro 5 temas foram escolhidos incluindo a Capacitação Económica. A NEPAD e posteriormente o secretariado desenvolveram um projecto quadro de 10 Milhões de Euros que depois deu origem ao fundo espanhol da NEPAD e directivas técnicas para operacionalizar a implementação deste projecto. Este projecto foi elaborado com o objectivo geral de capacitar as mulheres africanas a nível económico, fornecendo-lhes mecanismos de financiamento inclusivos que abrangem as mulheres que se esforçam para se capacitar no sector informal nas zonas rurais e urbanas, assim como apoiando intervenções que podem reduzir o fosso existente em matéria do género bem como abordar as desigualdades do género. Tem três eixos principais que incluem trabalhar com as CERs e os Órgãos da UA a nível Regional, trabalhar com mecanismos do Género e Mulheres no governo e estruturas nacionais da NEPAD da parte do governo e com redes de mulheres e ONGs a nível Nacional.

A Sra. Litha Musyimi Ogana referiu que a governação do projecto é a dois níveis, nomeadamente o nível político (comité directivo conjunto) e nível técnico (Equipa Técnica da NEPAD).

A apresentadora disse que o Comité Directivo é o mais elevado fórum de tomada de decisões políticas que envolve o secretariado da NEPAD e o Governo Espanhol. O Comité Directivo Conjunto desempenha esta função e é constituído por funcionários de alto nível e técnicos tanto do secretariado da NEPAD /União Africana como do Governo Espanhol.

É o Comité Directivo que tem os poderes globais a nível político para orientar, decidir e aprovar fundos. A nível técnico a equipa técnica da NEPAD disponibiliza assistência técnica a todos os desembolsos dos fundos.

Ela informou os presentes que o projecto foi elaborado com o objectivo global de capacitar economicamente as mulheres africanas fornecendo-lhes mecanismos inclusivos de financiamento que abrangem mulheres que se esforçam para se capacitar no sector informal nas zonas rurais e urbanas, e apoiando as intervenções que podem reduzir o fosso existente em matéria do género, assim como abordar a desigualdade do género. Tem três eixos principais que incluem trabalhar com as CERs e os Órgãos da UA a nível Regional, trabalhar com as agências no governo que lidam com questões do Género e Mulheres e estruturas nacionais da NEPAD da parte do governo e com redes de mulheres e ONGs a nível Nacional. O terceiro eixo procura alcançar os grupos de mulheres através do trabalho com Fundos para Mulheres Africanas, mulheres que possuem micro-crédito e redes regionais de mulheres estabelecidas a níveis regional e sub-regional e nacional. Acrescentou que as CERs serão o veículo usado para canalizar fundos para as mulheres empresárias a nível Regional e também para facilitar a criação de Incubadoras de Empresas em cada uma das 5 regiões do continente. A nível nacional as agências no governo que lidam com questões do género e mulheres e redes de mulheres e ONGs foram identificadas como veículo para canalizar os

fundos para os grupos de mulheres, cooperativas comunitárias e mulheres no sector informal.

Apresentação sobre Práticas Regionais no que respeita à Capacitação Económica das Mulheres, pela Sra Elisabeth Kakukurim, Responsável de Programa na SADC

A apresentadora começou por dizer que a SADC é constituída por 14 Estados Membros: Angola, Botswana, RDC, Lesoto, Malawi, Maurícias, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Ela mencionou que o papel da Unidade do Género do Secretariado da SADC é facilitar, coordenar e supervisionar a implementação do Programa do Género na SADC com destaque para as principais áreas de desenvolvimento e harmonização de políticas, reforço de capacidades e investigação, controlo e avaliação. Os objectivos de capacitação da SADC têm estratégias a curto prazo e a longo prazo que abordam a capacitação económica das mulheres.

No que diz respeito a objectivos a longo prazo, a Sra Elizabeth disse que é um facto que a capacitação económica das mulheres é multifacetada e não apenas uma questão de financiamento, porque para que as mulheres sejam capacitadas economicamente os aspectos socio-económicos das suas vidas devem ser abordados na totalidade. Consequentemente o secretariado da SADC ajudou na elaboração do projecto de protocolo sobre o género e o desenvolvimento, em que os estados membros são exortados a desenvolver e implementar políticas sensíveis ao género e centradas nas mulheres, nas áreas de direitos constitucionais e jurídicos, governação; educação e formação, recursos produtivos e emprego, violência baseada no género, saúde e VIH/SIDA, edificação da paz e resolução de conflitos, meios de comunicação social, informação e comunicação.

Em relação a estratégias a curto prazo, referiu que as estratégias utilizadas para o investimento no secretariado das CERs destinam-se a implementar actividades sobre a criação de incubadoras de empresas para Mulheres que servirão como centros de reforço de capacidades das mulheres empresárias, que terão mulheres de negócios que participam em Feiras Comerciais de modo a dar-lhes uma oportunidade para apresentar e expor os seus produtos, partilhar experiências e aprender com os outros sobre como melhorar as operações dos seus negócios.

Promoção do Empreendedorismo das Mulheres através do Acesso ao Financiamento e Reforço de Capacidades : o Caso do Senegal, apresentado pela Sra. Awa Paye Gueye

A representante do Senegal realçou que o seu país tinha definido um vasto programa para combater a pobreza. Em 2004, o governo Senegalês criou um Fundo Nacional para Promoção do Empreendedorismo das Mulheres (FNPEF) e disponibilizou 20 biliões de Francos CFA para o lançamento do Fundo que concede crédito a mulheres necessitadas. Salientou ainda que o objectivo do FNPEF é facilitar a promoção do empreendedorismo das mulheres através da formação e

reforço de capacidades de empresas potenciais ou reais, assegurando o acesso a recursos. O objectivo é promover a formação, reforçar as capacidades das empresárias, apoiar a preparação dos documentos do projecto, financiar projectos de empresárias e mulheres que gerem projectos e garantem os empréstimos contraídos com poupanças e instituições de crédito

Ela sublinhou que a supervisão dos créditos é responsabilidade do FNPEF e das Instituições de Micro Finanças (MFI). Este mecanismo de supervisão ajuda a verificar o nível de implementação das actividades e a aplicação efectiva das medidas de reembolso de acordo com os mecanismos definidos com as instituições de micro-finanças. Acrescentou que os mecanismos de supervisão facilitam a circulação mais rápida de informação para que os resultados possam ser recebidos e medidas correctivas sejam tomadas, se for necessário. A representante de Senegal informou os participantes que em 2007, foram criados mais de 2.000 postos de trabalho, graças a este Fundo.

Apresentação sobre a Capacitação Económica das Mulheres pelo Prof. Ben Kaluwa, Universidade de Malawi

O Prof. Ben Kaluwa começou a sua apresentação dizendo que para a Capacitação Económica das Mulheres, é necessário integrar o esforço das mulheres nas actividades económicas e proteger os direitos de mercado. Fez referência a alguns constrangimentos como a definição de tarefas e acesso ao crédito em função do género, o que não será adequado para mulheres. Recomendou a economia de tempo, economia de trabalho e menor custo do crédito.

Terminou a sua apresentação identificando os principais problemas dos Programas de Capacitação Económica para Mulheres:

- Os Ministérios anfitriões precisam de capacitação
- As principais contribuições como o crédito são implementadas por intervenientes independentes para os quais o género pode ser secundário
- Geralmente não é dada a atenção adequada à economia de trabalho.

Fundo de Desenvolvimento das Mulheres da Tanzânia, apresentado por Debora Nyakiranga

Na sua apresentação, a representante da Tanzânia disse que na Tanzânia existe um Fundo de Desenvolvimento de Mulheres criado durante o ano fiscal 1992/1993 pelo Governo da Tanzânia e executado pelo Ministério do Género e Crianças no Desenvolvimento da Comunidade.

Ela mencionou que o governo injectou um capital inicial de cerca de 500 m TZS e prometeu o mesmo montante anualmente e contribuições de 10% dos concelhos locais. Referiu que o propósito do fundo é conceder empréstimos e formação empresarial a grupos de mulheres a nível de base em 121 concelhos locais do país.

Ela informou os presentes sobre a aprovação de um Documento para a criação de um Banco Comercial de Mulheres em Março de 2008

Micro Crédito para os mais pobres – um instrumento revolucionário contra a pobreza: o Caso do Benin

Na sequência da observação que havia falta de subvenção mínima para algumas das necessidades das pessoas, foi criado um Fundo em 2007 para satisfazer essas necessidades inclusive a concessão de micro-créditos. Este Fundo, num total de 15 biliões de Francos CFA, beneficiou 30.000 pessoas. A fragilidade deste produto é principalmente o problema de sustentabilidade, uma vez que é o Estado que financia o Fundo.

Conjuntamente com este Fundo há outro - o Fundo para empreendimentos e emprego de jovens e mulheres – destinado a ajudar os jovens a tornarem-se autónomos através da criação dos seus próprios negócios. Os jovens podem receber financiamento até o montante de 1 a 30 milhões de Francos CFA, com um período de graça de um ano.

A experiência do Chade em Micro-crédito, apresentada por Dionadji Topinanty Brigitte

O representante do Chade salientou que as mulheres no seu país não tiveram acesso ao crédito disponibilizado pelas instituições pertinentes ou porque a taxa de juros é muito alta, ou porque as mulheres não estão informadas sobre essas instituições visto que a maior parte delas é analfabeta.

A nível do Ministério de Acção Social, Solidariedade Nacional e Família, o FNUAP apoiou o projecto através da criação de um fundo de crédito para grupos de mulheres rurais. 378 desses grupos receberam crédito desde 2000. A situação instável no Chade desestabilizou a recuperação do crédito e interrompeu mesmo as suas actividades. O fardo social das mulheres aumenta nos tempos de guerra e elas ficam impossibilitadas de conseguir reembolsar o crédito a tempo.

As preocupações do Chade estão particularmente reflectidas na sua procura de um mecanismo da União Africana ou internacional que possa ser criado para ajudar as mulheres em situação de guerra a ter acesso ao crédito ou reembolsar e conseguir novo crédito.

O Acesso das Mulheres ao Crédito: Experiência Congolesa.

De acordo com o apresentador do Congo o acesso ao crédito continua a ser um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento das actividades económicas das mulheres. Isto deve-se ao facto do sistema bancário congolês ter enfrentado uma crise enorme que foi marcada pelo encerramento do banco comercial e o banco nacional de desenvolvimento do Congo, e as dificuldades de liquidez dos que sobreviveram. A grande maioria de mulheres não tem acesso fácil aos recursos das instituições financeiras. As razões relacionam-se com a ausência

de políticas adequadas, apresentação deficiente de dossiers de crédito, procura excessiva de contribuições pessoais, elevado custo de créditos, falta de informação sobre o crédito e sobre o sistema bancário e garantias insuficientes para reembolso de empréstimos. Para resolver estes problemas, algumas ONGs entraram em actividades de micro financiamento com o apoio do governo e do PNUD.

Sessão 3: Discussão de Grupo

Foram constituídos quatro grupos de trabalho para analisar as seguintes questões:

- Os vários fundos nacionais para capacitação económica das mulheres em África ;
- Os mecanismos e estratégias para operacionalização dos fundos fiduciários para mulheres em África ;
- O roteiro para a criação de um fundo fiduciário para mulheres em África; e
- O papel das TICs na promoção do acesso das mulheres aos recursos financeiros.

As conclusões dos Grupos de Trabalho concentraram-se principalmente na necessidade de concluir os estudos sobre a criação de um fundo em Novembro de 2008, para submissão aos órgãos políticos da União Africana através da Conferência de Ministros do Género. Os mecanismos e estratégias para a operacionalização do Fundo também foram identificados. Os peritos prepararam um quadro resumido dos fundos nacionais existentes para capacitação económica das mulheres em África. Também identificaram os modos e meios para facilitar o acesso das mulheres às TICs.

Sessão 4: Comentários e Recomendações

No debate que se seguiu à apresentação, foram levantadas as seguintes questões:

- Necessidade de desenvolver as capacidades dos Estados africanos para analisar e integrar o género nas suas políticas de desenvolvimento;
- Necessidade de apoiar e garantir os direitos fundamentais das mulheres em todas as áreas, especialmente na economia permitindo-lhes assim dar um contributo significativo ao processo de desenvolvimento nos seus países;
- Recomenda-se a criação de um fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres;
- A resolução dos conflitos em África permitiria afectar os recursos economizados, para o desenvolvimento, particularmente a favor das mulheres e integração do Continente;
- A Comissão da União Africana deve empreender esforços e medidas de sensibilização para capacitação das mulheres e eliminar todas as dúvidas sobre o possível impacto social da promoção de mulheres;
- A planificação do desenvolvimento económico e social em África deve integrar as perspectivas do género em todo o processo, desde a fase de elaboração, formulação de políticas à fase de avaliação dos impactos;

- O acesso das mulheres ao mercado coloca o problema de controlo dos padrões internacionais no que respeita à exportação de bens e à competitividade internacional. Para integrar esta dimensão, é necessário melhorar a formação científica e técnica das mulheres;
- Os instrumentos emitidos por estruturas de certificação africanas são raramente reconhecidos fora do Continente, especialmente nos mercados do Ocidente;
- Há falta de informação das normas de comércio regionais nas várias regiões. Por isso é necessário divulgar essas normas entre as mulheres;
- O reforço das capacidades das mulheres proporciona-lhes opções de gestão da sua vida económica e social;
- Devido ao facto da maioria das mulheres não ter nenhum acesso à informação e não estar a par dos mercados, os governos devem criar sistemas que permitem às mulheres ter acesso à informação;
- Em virtude da maioria das mulheres, principalmente nas zonas rurais, serem analfabetas, é necessário reforçar as capacidades das mulheres na área da educação. Elas devem ser ajudadas a resolver os problemas da globalização.
- É muito importante uniformizar as normas do comércio;
- Deve-se aproveitar a experiência da NEPAD com vista a padronizar e empreender medidas de sensibilização para a capacitação das mulheres;
- Devem ser levadas a cabo acções de sensibilização junto aos nossos governos para desenvolver as capacidades económicas das mulheres;
- Envolvimento das mulheres rurais nas reuniões;
- Para abarcar um maior número possível de mulheres rurais, as organizações da sociedade civil devem ser tomadas em consideração;
- Em virtude das mulheres, especialmente as mulheres rurais serem muito pobres, elas devem receber doações, em vez de crédito, para que possam resolver os seus problemas de solvência;
- Devem ser tomadas medidas no sentido de reduzir os encargos das mulheres, para lhes permitir resolver os constrangimentos de tempo e acesso às TICs;
- Deve-se apoiar as mulheres rurais no acesso à informação e desmantelamento das barreiras existentes nesta área;
- Devem ser empreendidas acções de sensibilização junto dos governos para facilitar o acesso das mulheres à terra.

Sessão 5: Projecto de Declaração

O Projecto de Declaração incide sobre o seguinte :

- Necessidade urgente de estabelecer e por em funcionamento o Fundo Fiduciário para Mulheres em África;
- Criação de um grupo de peritos para a elaboração de um quadro operacional para o Fundo Fiduciário para as Mulheres nos próximos dez anos;
- Lançamento do Fundo Fiduciário para Mulheres em África até Julho de 2009.

Sessão 6: Actas da Sessão de Encerramento***Declaração de encerramento pela Sra. Litha Musyimi-Ogana***

Em nome da CUA a Sra Litha Musyimi-Ogana, Directora da Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento agradeceu ao Governo do Malawi por ter acolhido a Conferência e pelo seu apoio. Agradeceu ainda a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso da conferência. Expressou os seus agradecimentos ao Capital Hotel e aos intérpretes.

Concluiu o seu discurso de encerramento dizendo que a Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento envidará todos os esforços para que o Fundo Africano para mulheres se torne uma realidade

Discurso de Encerramento pela Sra Anna Andrew Namathanga Kachikho

A Sra Anna Namathanga Kachikho, Ministra de Assuntos ligados à Mulher e Desenvolvimento da Criança da República do Malawi agradeceu à Comissão da UA pelo excelente trabalho feito na organização da conferência, que foi um sucesso, e por escolher Malawi como país anfitrião.

Informou que os tópicos discutidos durante a conferência, em particular, o estabelecimento do Fundo Fiduciário para Mulheres Africanas foram bastante pertinentes. Acrescentou que a redução da pobreza e o crescimento económico não podem ser alcançados, se continuarmos a excluir as mulheres que são a maioria dos pobres. Exortou a Comissão da União Africana, através da Direcção de Género a acelerar a operacionalização deste Fundo e a assegurar que o mesmo beneficiará a mulher pobre de África.

A Sra. Anna Namathanga Kachikho agradeceu mais uma vez a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso desta importante conferência.

Anexos

Anexo 1 : Nota Conceptual

Anexo 2 : Programa da Conferência

Anexo 3 : Grupos de Trabalho

Anexo 4 : Lista de Participantes

Anexo 1 :

NOTA CONCEPTUAL SOBRE

CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE A CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DAS MULHERES AFRICANAS NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO *17-19 DE MARÇO DE 2008, LILONGWE, MALAWI*

PREÂMBULO

Há actualmente uma clara evidência que a capacitação das mulheres é uma variável fundamental na luta contra a pobreza, VIH e SIDA, mortalidade materno-infantil, violência contra mulheres, discriminação do género assim como a redução do fosso existente em matéria do género, e garantia de oportunidades e representação iguais. É evidente que o cumprimento dos 8 Objectivos dos ODMs dependerá muito da realização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio número 1 (ODM1) sobre erradicação da pobreza e Objectivo de Desenvolvimento do Milénio número três (MDG3) sobre igualdade do género. A relação entre igualdade de género e crescimento económico está bem estabelecida. Estudos feitos na Índia mostram que os Estados que têm um número mais elevado de mulheres na mão-de-obra estão crescendo mais rapidamente e estão a libertar mais pessoas da pobreza, do que os Estados que têm menos mulheres. Na realidade calcula-se que a África sub-sahariana quase que teria duplicado o crescimento anual entre 1960 e 1992, se tivesse eliminado o fosso de género na educação no mesmo ritmo da Ásia Oriental. A eliminação da pobreza e desigualdade de género torna-se o principal resultado da implementação dos ODMs. Em virtude da feminização da pobreza, particularmente em África, torna-se imperiosa a realização dos ODMs 1 & 3.

INTRODUÇÃO

As mulheres representam actualmente mais do que 52% da população de África que é calculada em 800.000 milhões. 340 Milhões da população total está a viver com menos de 1 US\$ por dia. Mais de 60% desses que vivem com menos de 1 US\$ são mulheres, muitas das quais foram condenadas a uma pobreza miserável em virtude de medidas culturais e tradicionais que socialmente as excluem, não podendo beneficiar do crescimento e desenvolvimento económico. Além disso, eles não podem ter acesso às oportunidades básicas assim como bens e serviços básicos devido à sua exclusão. Em resultado disso, continuam a ser o centro da pobreza e os vectores de distribuição da pobreza numa inter-geração, porque estas mulheres e os seus filhos não podem quebrar o círculo vicioso de pobreza em que estão inseridos devido à sua exclusão.

Estudos mostraram que cerca de metade da população pobre de África é constituída por mulheres. A pobreza das mulheres é vista como um problema de sub-desenvolvimento. As mulheres têm um papel produtivo a desempenhar, e precisam ter uma fonte de rendimento. O desenvolvimento é mais eficiente e eficaz

com a contribuição económica das mulheres, e as mulheres devem ser capacitadas para terem mais independência, e oportunidades iguais. As mulheres têm que reconhecer os problemas de desenvolvimento e agir de modo a superar estes problemas. Em África, as mulheres estão no mais baixo degrau da escada da pobreza por várias razões, associadas ao género. Os orçamentos devem ter em conta os sectores sociais, nos quais residem normalmente os problemas das mulheres, para assegurar que as questões da pobreza humana são abordadas como uma questão prioritária.

A capacitação económica das mulheres emergiu como um aspecto importante ao desenvolvimento sustentável e acelerou, desde a Conferência de Beijing em 1994, o progresso nos países em desenvolvimento. O persistente e crescente fardo da pobreza das mulheres é uma grande preocupação da Plataforma de Acção de Beijing e é também um fenómeno abordado nos ODMs e na NEPAD.

RACIONALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

As mulheres desempenham um papel fundamental, mas não reconhecido, em todos os aspectos importantes da vida em África. As suas funções e actividades têm um impacto directo nos problemas de desenvolvimento da África. Os constrangimentos específicos de género enfrentados pelas mulheres, nomeadamente acesso limitado a recursos produtivos, têm implicações sérias para o desenvolvimento socio-económico na África. Há actualmente um reconhecimento universal sobre a necessidade de integrar e aumentar o papel das mulheres no processo de desenvolvimento a nível mundial, e é dentro desta estrutura que o Banco Mundial na sua decisão de combater a pobreza, nos países em desenvolvimento, mostrou considerável interesse nas últimas duas décadas em promover igualdade de género assim como aumentar o desenvolvimento económico. O Banco Mundial está activamente envolvido na implementação de programas de redução da pobreza, incluindo as estratégias dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), nos países em desenvolvimento.

Estudos actuais incluindo o "Relatório de Seguimento Global de 2007" indicam que muitos países africanos não estão a acompanhar a implementação dos ODMs 3, 4, 5 e 6 relativamente à capacitação das mulheres e podem não atingir estes objectivos até 2015, a menos que haja esforços renovados para implementar com eficácia as acções relacionadas. Outra razão para este estudo é a evidência crescente na igualdade de género e capacitação das mulheres como canais vitais para o crescimento e desenvolvimento económico e a redução da pobreza.

Assim, a integração das mulheres no processo de desenvolvimento em África é particularmente significativo uma vez que é sobejamente sabido que as mulheres constituem uma parte significativa da mão-de-obra nas zonas rurais e urbanas, na maioria dos países africanos. A adopção, pelos Chefes de Estado da UA, da Declaração Solene sobre Igualdade do Género na África (SDGEA) é uma demonstração do compromisso da África no que respeita à integração género e capacitação das mulheres.

Decisão da Conferência da UA adoptada em Janeiro de 2007 'Decisão" à SDGEA :

Solicita à Comissão que organize com urgência uma conferência continental sobre a Capacitação Económica das Mulheres Africanas de forma a articular estratégias para avaliação da situação económica da Mulher Africana, incluindo a criação do Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres.

Em conformidade com o objectivo de capacitar as mulheres africanas, a UA através da Direcção de Mulheres, Género e Desenvolvimento organiza seminários bianuais sobre a elaboração de políticas económicas do género em África para sensibilizar os dirigentes no que respeita ao papel crucial no desenvolvimento económico global do continente.

A UA através do WGDD também está a trabalhar no sentido de ser criado um Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres. Esta actividade é uma componente muito importante do Plano de Acção da Direcção estando a sua implementação prevista para este ano. O WGDD em colaboração com a CEA e a NEPAD começou já a trabalhar nesta actividade e está no processo de financiar novos estudos sobre a criação e funcionamento do Fundo. Os estudos basear-se-ão nos resultados de estudos anteriores empreendidos por BMZ. É importante que as mulheres africanas se apropriem deste Fundo uma vez que é criado para assegurar a sustentabilidade de todo o processo.

Na mesma linha, o Departamento de Assuntos Económicos da UA nos seus programas de integração de género, pensa promover acções afirmativas para apoiar as mulheres no desenvolvimento económico através da criação de um Fundo que aumentará a participação das mesmas no processo de industrialização de África assim como a sua participação nas tomadas de decisão económica.

Em virtude das oportunidades disponíveis no sistema económico mundial e as decisões colectivas globais e continentais, declarações e planos de acção sobre a contribuição das mulheres para o desenvolvimento, torna-se necessário criar urgentemente este Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres, para tirar partido desta força existente.

O Fundo é uma ferramenta para mobilizar recursos financeiros para apoiar o desenvolvimento das mulheres africanas através de programas e projectos, assim como documentar e divulgar informações sobre as actividades das mulheres africanas, ter acesso a recursos financeiros e também desenvolver capacidades administrativas e empresariais para as mulheres africanas.

OBJECTIVOS DO SEMINÁRIO

Os objectivos deste seminário são:

1. Rever a situação da implementação dos planos de acção a nível global e continental sobre a capacitação das Mulheres Africanas.
2. Analisar os resultados do estudo sobre a criação de um Fundo Fiduciário
3. Analisar os resultados do Gabinete de Trabalho da UA/NEPAD/CEA sobre a participação da Mulher na Economia
4. A partir dos mecanismos (2) & (3) acima referidos, propor a criação e funcionamento do Fundo Fiduciário Africano das Mulheres
5. Analisar de forma crítica os desafios que a União Africana podem enfrentar na implementação de decisões Assembly/UA/Dec.134-164 (VIII).
6. Partilhar experiências e ensinamentos a partir da apresentação dos já existentes Fundos Fiduciários Africanos para as Mulheres.
7. O Papel das TICs no sentido de alargar o acesso aos recursos financeiros
8. Explorar e propor o Lançamento e Roteiro para o estabelecimento do Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres.

RESULTADOS ESPERADOS

O resultado do seminário consistiria na elaboração de recomendações mais criativas imaginativas para abordar as dificuldades identificadas a partir de experiências práticas. Por outras palavras, o resultado tentaria estabelecer uma razão empírica mais sólida para actividades de capacitação do género em África. Concretamente, o Seminário espera:

DATA E LOCAL DO SEMINÁRIO

O seminário está previsto para 17 a 19 de Março de 2008 em Lilongwe, Malawi.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os Participantes ao Seminário serão seleccionados entre peritos dos principais ministérios sobre questões de mulheres, assuntos económicos e financeiros dos Estados Membros da UA, organizações da sociedade civil, académicos e o sector privado.

MODO DE APRESENTAÇÃO

O seminário será ministrado nas 4 línguas oficiais da UA com tradução simultânea.

Anexo 2 :

**PROGRAMA DA CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE A CAPACITAÇÃO
ECONÓMICA DAS MULHERES AFRICANAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO**

17 -19 DE MARÇO DE 2008

CAPITAL HOTEL, LILONGWE, MALAWI

1º DIA -17 de MARÇO de 2008

- 08:00 - 9 :00AM : Inscrição
- 09:00 - 09:15AM : Instalação dos Delegados
- 09:15 AM : Chegada da Convidada de Honra, Ministra das Mulheres e Desenvolvimento, Sua Excelência Sra. Anne Andrew Namathanga Kachikho
- 09:15 - 09:20AM : Apresentação da equipa da CUA a S. Excia a Ministra
- 09:20 - 09:35AM : A Ministra visita a exposição das Mulheres
- Mestre de Cerimónias: Representante do Governo do Malawi
- 09 :40-10 :30AM : Exibição do Grupo Cultural Kwacha
- : Intervenção do Prof. Omotayo Olaniyan, Delegado Regional da UA na SADC
- : Intervenção do Representante da CEA
- : Intervenção do Director do Género, da Mulher e Desenvolvimento, da CUA, Sra. Litha Musyimi Ogana
- : Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros,
- : Discurso de Abertura pela Ministra da Mulher e Desenvolvimento da Criança SE Sra. Anne Andrew Namathanga Kachikho
- 10:30 -10:40AM : Declarações
Fotografia de Família
- 10.40-11.30 Visita ao Fórum da Mulher Malawi
- 11.30-12.00 **Pausa para Café/Chá**

PRIMEIRA SESSÃO – APRESENTAÇÕES - PRESIDÊNCIA, Director do Comércio e da Indústria da UA

- 14.00-14.30 **Visão geral do Mandato da WGDD SDGEA**, por Litha Musyimy-Ogana - Directora da WGDD, UA.
- 14.30- 15.00 Políticas da UA no tocante à Capacitação Económica e Integração pelo Sr. Manasseh NTAGANDA, Economista Sénior – Departamento dos Assuntos Económicos da UA
- 15.00-15.30 **Participação das Mulheres na Economia: Estudo Especializado** pela **UA/NEPAD/ECA**, por Emelang, Representante da ACGD-CEA
- 15.30-16.30 Discussão
- 16.30-17.00 **Pausa para Café/Chá**

2º DIA -18 de MARÇO de 2008

SEGUNDA SESSÃO - APRESENTAÇÕES-PRESIDÊNCIA, Delegado da Guiné

09.00-10.15 **Visão Geral do Estudo sobre o Fundo Fiduciário por Bisi Adeleye-Fayemi, AWDAF.**

Estudo da UA sobre Micro Finanças, por Henry Oloo Oketch - Consultor

NEPAD - Fundo Espanhol para Capacitação Económica das Mulheres por Litha Musyimy Ogana – Directora do WGDD

A Mulher nos Sectores do Comércio, Indústria e Serviços por Soanirenela Tsilimbiaza, Directora – Departamento de Comércio e Indústria da UA -

Promoção do Empreendedorismo das Mulheres através do Acesso ao Financiamento e Reforço de Capacidades: o Caso do Senegal, apresentado pela Sra. Awa Paye Gueye

10.15-10.30 Discussões

10.30-10.45 **Pausa para Café/Chá**

TERCEIRA SESSÃO - APRESENTAÇÕES-PRESIDÊNCIA -Representante do Malawi

10.45-12.30 Breves Apresentações pelas Direcções da UA

- **Mulher e o Desenvolvimento na Agricultura – a necessidade do Fundo Fiduciário** pelo Prof. R. Omotayo Olaniyan-Delegado Regional da UA na SADC.
- **Programa sobre a Elaboração de Políticas Económicas Sensíveis ao Género** por Leila Ben Ali, Chefe da Divisão de Análises e Supervisão do Género -UA WGDD
- **A Economia das TICs para a Capacitação das Mulheres** por Essam M. Abulkhirat- Funcionário Sénior da TIC, Departamento de Recursos Humanos, Ciências e Tecnologia da UA
- **Desenvolvimento do Empreendedorismo das Mulheres Africanas: Papel dos Intervenientes** pelo Sr.. Mandekor Djimadoum, Economista Sénior – Departamento dos Assuntos Económicos da UA
- Discussões

12.30-14.30 **Pausa para o Almoço**

QUARTA SESSÃO - APRESENTAÇÕES-PRESIDÊNCIA - Directora da AUWGDD

14.30-16.30 **Apresentações de experiências pelos Estados Membros, CERs e ONGs**

- **Práticas Regionais no que respeita à capacitação económica das mulheres** pela Sra. Elisabeth Kakukurim, Funcionária do Programa na SADEC.

- **Apresentação sobre a Capacitação Económica das Mulheres** pelo Prof. Ben Kaluwa, Universidade do Malawi
- **Fundo de Desenvolvimento das Mulheres da Tanzânia**, por Debora Nyakiranga
- **Micro Crédito para as pessoas mais pobres – um instrumento revolucionário contra a pobreza: o caso do Benin**
- **A Experiência do Micro Crédito no Chade**, por Dionadji Topinanty Brigitte
- **O Acesso das Mulheres ao Crédito: A Experiência Congolesa.**
-

16.30-17.30 Discussões

18.30 **Cocktail**

3º DIA -19 de MARÇO de 2008

QUINTA SESSÃO - APRESENTAÇÕES-PRESIDÊNCIA- Representante do Malawi

9.00-10.30 **Trabalho de Grupo**

Grupo 1 – Os vários fundos nacionais para a capacitação económica da mulher em África;

Grupo 2 - Os mecanismos e estratégias para a operacionalização dos fundos fiduciários africanos para mulheres;

Grupo 3 – Roteiro para criação do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres;

Grupo 4 – O Papel das TICs na facilitação do acesso das mulheres aos recursos financeiros.

10.30-11.00 **Pausa para Café/Chá**

11.00-13.00 Continuação do Trabalho de Grupo

13.00-14.30 **Pausa para o Almoço**

14.30-15.30 Apresentação do Trabalho de Grupo

15.30-16.00 Discussões

16.00-16.30 **Pausa para Café/Chá**

16.30-17.00 **Apresentação do Relatório e Recomendações da Reunião**

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

Mestre-de-cerimónias, Sr. Emmanuel Chinyama

17.00-18.00 Declaração da UA por AUWGDD

Comentários de Encerramento pela Ministra de Assuntos ligados a Mulheres e Desenvolvimento das Crianças do Malawi

**Anexo 3:
Grupos de Trabalho**

Grupo 1 : Roteiro

Trabalhar no roteiro para criação de um Fundo Fiduciário especial para mulheres na sequência da Decisão da Conferência Assembly AU/Dec.143 (VIII) adoptada pelos Chefes de Estado na 8ª Sessão Ordinária realizada em Adis-Abeba em Janeiro de 2007

Actividades:

Harmonização de políticas sub-regionais de género;

- Elaboração dos Termos de Referência para o Estudo sobre o Fundo, com destaque para a capacitação económica das mulheres;
- Selecção de um consultor africano experiente na matéria;
- Recrutamento de um consultor, não depois de Julho de 2008, em conformidade com os procedimentos da União Africana;

Finalização e apresentação em Outubro-Novembro de 2008, dos resultados do estudo, aos órgãos técnicos decisores, particularmente a Conferência de Ministros de Género precedida de uma reunião de peritos;

- Definição de um comité científico de supervisão na Divisão de Género da Comissão da União Africana;
- Lançamento do Fundo por ocasião da Conferência da União em Janeiro de 2009;

Grupo 2: Proposta de Mecanismos e Estratégias, mais Adequados para a África, para A Operationalização do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres

Actividades	Quem	Estratégias	Calendário	Recursos Necessários	
Sensibilizar sobre a acessibilidade do Fundo	MS a do	UA; CERs, Género Nacional Mecanismos, Governos a todos os níveis	Consultorias/reuniões/Circulares Anúncios na página Web da UA	Início em Abril de 2008 – em curso	Financeiros e Humanos
Criação de um quadro legal para as operações do Fundo	UA	Consultoria Local	Abril – Junho 2008	Financeiros e Técnicos	
Aprovação pelo Conselho de Ministros e Cimeira	UA, Estados Membros	Conselho de Ministros e Cimeira da UA	Julho de 2008	Financeiros e Humanos	
Criação de um Comité de Direcção (CER)	UA,MS	Reuniões de Consultoria	Mai-Junho de 2008	Financeiros e Humanos	

Actividades	Quem	Estratégias	Calendário	Recursos Necessários
Elaborar TDR'S para o Comité de Direcção	UA em consultoria com as CERs	Encontro	Maio de 2008	Financeiros Humanos
Sítio do Fundo a ser criado na página Web da UA	UA		Abril de 2008	Técnicos
Mobilização de recursos	UA	Mesa redonda de doadores Contribuição da MS Sector Privado /Empresarial	Julho de 2008	Financeiros Humanos
Criar e divulgar Orientações para o desembolso dos fundos	UA MS	Consultoria Local UA	Outubro de 2008	Financeiros Técnicos
Pedidos de apresentação de propostas	Comité de Direcção	Imprensa electrónica e impressa NGM's Páginas Web dos canais diplomáticos	Janeiro de 2009	Financeiros
Comité de Direcção a reunir-se para avaliação e aprovação das propostas	Comité de Direcção	Encontro	Abril de 2009	Financeiros Humanos
Implementação dos projectos financiados	Beneficiário (MS)	Baseado no Projecto	Em Curso	Financeiros
Supervisão e Avaliação (Incluindo Auditoria)	Comité de Direcção da UA, Empresa de Auditoria	Ferramentas M & E Relatório de Auditoria	Anualmente	Financeiros Humanos Técnicos
Desembolso dos Fundos	UA	Instituições Financeiras	Logo que os projectos estejam aprovados	Financeiros

Grupo 4: Definição do papel das TICs na difusão das oportunidades de acesso aos recursos financeiros

O Papel da TIC

- Acesso ao mercado (internacional e nacional, para compra e venda)
- Acesso a informações relativas a:

- Preços de diferentes produtos ou serviços (para uma tomada de decisão informada)
- Exposições e Feiras Comerciais
- Anúncios
- Escolhas alargadas de fornecedores de serviços de micro-finanças
 - Custo mais barato para realização de transacções
 - Comunicação mais fácil
 - Redução da corrupção em virtude de um menor contacto pessoa-pessoa
 - Segurança melhorada devido às transacções electrónicas

Serviços TIC Disponíveis

- Internet
- Telemóveis
- Telefones, Faxes
- Rádio
- Televisão
- Crédito, débito e cartões visa
- Videoconferências

Desafios/Constrangimento do TIC

- Acessibilidade
- Ausência de redes de energia eléctrica nas zonas rurais
- Ausência e/ou ineficiência de rede móvel nalgumas zonas rurais
- Percepções rígidas à mudança
- Pobreza a nível nacional
- Complexidade dos dispositivos o que os torna inacessíveis às massas rurais
- Falta de capacidade a nível do beneficiário
- Tomadas de Decisão
- A difusão de inovações para dispositivos mais fáceis e mais adequados às pessoas rurais tem sido lenta
- Falta de profissionalismo (capacidade humana para administrar os serviços TIC)
- O Excesso de trabalho destinado às mulheres deixa pouco tempo para o uso dos TICs

Estratégias/Actividades

- Criar redes entre bancos comuns e Redes **MFIs** (para elaboração de tecnologias amigáveis adaptáveis às aldeias)
- Promover serviços móveis de banco para mulheres nas zonas rurais
- A UA deveria ter uma política comum que desse prioridade à electrificação rural para facilitar o acesso às TICs
- Disponibilizar empréstimos suaves para aquisição de equipamentos TIC
- Desenvolvimento de capacidades para as mulheres (deveriam ser ligadas à rede nacional de forma a poderem ser utilizadas como centros de formação de TICs depois do horário escolar)

- Programas com pacotes informativos sobre as oportunidades económicas relevantes às mulheres, na rádio e na TV
- Criar grupos de mulheres que possam apoiar-se mutuamente na aquisição de equipamentos TIC

Intervenientes Responsáveis

- CERs
- Governos
- Sector Privado
- Organizações da Sociedade Civil
- Beneficiários (mulheres)

Recursos Necessários

- Financeiros
- Recursos Humanos
- Instituições
- Instalações TIC

Anexo 4 :

Lista dos Participantes

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
Nebert Matatiyo	Segundo Secretário (ECO)	Zâmbia	Box 30138, Lilongwe 3	(265) 9234880	zambia@sdpn.org.mw
N.J. Simuyandi	Alto-Comissário	Zâmbia	P.O. Box 30138, Lilongwe 3	(265) 9510472	zambia@sdpn.org.mw
Deborah Nyakirangasi	Director Assistente	Tanzânia	Box 3448, Dar-es-Salaam	255 0713 300 792	debonyaki@hotmail.com
General Awadit Makame Rashid	Alto-Comissário da Tanzânia	Tanzânia	Box 922, Lilongwe	(265) 9511788	Tzhc.malawi@net
Letifa Abajobir	Administrador Geral	Etiópia	Fundo do Departamento das Mulheres Adis Abeba	(251) 115 – 53 – 58-66 (251) 911252546	ewpc@ethio.net.et
Diallo Kangne Barry	Conselheiro	Guiné	Embaixada da Guiné Adis Abeba (Gabinete das Mulheres)	002519112 32630	kangnebarry@yahoo.com
Kajali Sonko	Funcionário do Programa	Gâmbia	Gabinete do Vice Presidente – State House Banjul	(00220) 4228730/4 228733/ 9906527	Sonko_kajali@hotmail.com Korqio99@yahoo.com
Nthabiseng Mofube	Funcionário do Desenvolvimento Juvenil	Lesoto	Ministério do Género, Juventude, Desporto & Recreação, Box 729, Maseru 100	(266) 22313652/ 22310506	nmofube@yahoo.co.uk
Luneo Rakaibe	Funcionário Sênior do Género	Lesoto			
Lineo Rakaibe	Funcionário Sênior do Género	Lesoto	Ministério do Género, Juventude, Desporto & Recreação, Box 729, Maseru, 100	(266) 22314763 /22310506	Linoorakaibe1985@yahoo.com
Matuka Mafusi	Oficial de Desenvolvimento de Mulheres e Jovens	Lesoto	Ministério do Género, Box 926, Maseru	(00266) 22313140 22310506	majoalane@yahoo.co.uk
Awa Paye	Funcionário	Senegal	6 cm Etage	(00221) 33-	

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
Gueye	Administrativo		Building Administrati on	860-23- 53/33-860- 29-03	
Hafida Djaoud	Diplomata	Argélia	Embaixada da Argélia	(00251)113 716666/91 1465566	
Dr. Fernando Chomar	Conselheiro	Moçambique	P.O. Box 30579, Lilongwe 3	(265) 1774 696	Fernando_chomar@yahoo.com
Willard Matandirotya	Vice-Embaixador	Zimbabwe	P.O. Box 30187, Lilongwe 3	(265) 1774413	
Foussenertou Imorou	Gestor dos Recursos Humanos	Benin	BP: 40 Godomey, Cotonou- Benin	(00229) 95281152/ 90668293	Leila_eliane@yahoo.fr
Elizabeth Kakukuru	Funcionário do Programa	Botswana (SADC)	P/Bag 0095, Gaborone	+267 3951863/3 924099	ekakukuru@sadc.int
Gombouka Emboula Emilienne	Director do Género	Congo	62 Rue Ngoko- Talangai:B/ Ville	(00242) 6647111	emiliemboula@yahoo.fr
Marcel Mabilia	Chefe dos Serviços de Enquadramento Tour NA	Congo	5,Ave Kiukala 20 eeragi Tour Nambemba Brazaville	00242 5567661	yabialas@yahoo.fr
Koumba Yagmeza Anne Marie	Ministro Conselheiro	Congo	Tour Mambemba 20 eeragi Brazaville	002425220 506	familleyagrema@yahoo.fr
Bisi Fayemi Adeloye	Director Executivo	Nigéria	Fundo Africano para o Desenvolvi mento da Mulher, 25 Yiyiwa street, Abelempire, Accra	+23324 780476/78 0502	bisi@awelt.org
Jane Kwawu	Consultor	Gana	58 Alalomo Street – Adenta Box 10234, Accra	(233) 21- 515221/ 24- 3225173	janekwawu@yahoo.com
Akuavi Akakpo Imée Esseh - yovo	Director da Promoção de Género	Togo	DGPF/B.P. 369 Lone, Togo	(00228) 221-61-66 9155052	Akakipoyovo@yahoo.fr
Brigitte Topinanty Dionadji	Especialista da UE em Género e Desenvolvimento	Chade		(235) 626 06 50	btopinanty@yahoo.fr
Bna Marcelle Ahua	Sub Director da sensibilização	Cote d'Ivoire	BP V200 Abidjan (CI)	00 (225) 07 396747	cekkugu@yahoo.fr

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
				00 (225) 20229563	
Henry Oloo Oketch	Consultor Sénior	Quénia	Box 4844 City Sq.00200 Nairóbia	(254) 3596191	oketchhenry@yahoo.com
Fatima Suliman Jabes Omar	Secretária para Desenvolvimento de Mulheres e Social	Líbia	SEBHA, Líbia	002191325 5549	
Ntshadi N.M. Tsheole	Alto Comissário	África do Sul	Box 30443, Lilongwe 3	(265) 1773722	sahc@malawi.net
Fatima Mehdi	S.E. da Organização das Mulheres do Saharawi	República Árabe Democrática do Saharauwi	1,Frauteiliu	002 137729383 68	unmsfatma@yahoo.com
Mout Odile	Funcionário Público	Camarões	Ministro da Capacitação da Mulher e da Família	00 237 22232550	Mout.odile@yahoo.fr
Sibusisiwe Mangogape	Conselheiro	Embaixada da África do Sul em Adis Abeba	Adis Abeba	(00251) 911 504478	Mangoegapes@foreign.gov.zc
Elizabeth Musoke	Funcionário Sénior (WID)	Uganda	Ministro do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social, P.O. Box 7136, Kampala	+256 – 772 631339	Lizn01_ug@yahoo.com
H.E. Mrs. Anna Andrew Namathanga Kachikho	Ministra do Desenvolvimento da Mulher e da Criança do Malawi	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	annakachikho@yahoo.com
H.E. Joyce Banda	Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional	Malawi	P.O. Box 30315, Lilongwe 3	(265) 1794109	bandajoyce@hotmail.com
H.E. Calista Chapola-Chimombo	Ministro do Turismo	Malawi	Ministro do Turismo	(265) 920205	callista@globemw.net
H.E. Patricia P. Mwafulirwa	Vice-Ministro do Desenvolvimento da Mulher e da Criança	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	papanomkandawire@yahoo.com
H.E Passmore K.M. Kalua	Vice-Ministro da Defesa Nacional	Malawi	P/Bag 339, Lilongwe 3	(265) 8160100	
H.E. Lewis Kadam'manja	Vice-Ministro do Desenvolvimento	Malawi	P/Bag 384, Lilongwe 3	(265) 8826032	

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
	da Juventude				
H.E Boniface Chimpokosera	Vice-Ministro do Trabalho	Malawi	P/Bag 344, Lilongwe 3.	(265) 8580750 9239070	bornchimp@yahoo.com
Mary Shawa	Secretário Principal da Nutrição, VIH/SIDA	Malawi	P/Bag 301 Lilongwe 3	(265) 1773827	maryshawa@yahoo.co.uk
Prof. Ben Kaluwa	Universidade do Malawi	Malawi	Box 280, Zomba	(265) 833734	benkaluwa@chanco.unima.mw
Olive T. Chikankheni	Secretária Principal para Desenvolvimento da Mulher e da Criança	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	chikankheniot@malawi.gov.mw
Peter Msefula	Director do Desenvolvimento da Mulher	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	pmsefula@yahoo.co.uk
Christobel Chakwana	Director Adjunto do Desenvolvimento da Mulher	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	christobelchakwana@yahoo.co.uk
Esmie Kainja	Director Adjunto do Desenvolvimento da Criança	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Clotilda Sawasawa	Director Adjunto do Desenvolvimento Comunitário	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	Cosawasawa5@yahoo.com
Brian Manda	Director Adjunto do Plano	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Tressa Senzani	Director Financeiro e Administrativo	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Harry Chidengu	Director Assistente do Desenvolvimento da Mulher	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	hchidengu@yahoo.com
Abson Mpunga	Director Assistente do Desenvolvimento Comunitário	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	ampunga@yahoo.co.uk
Wyson Chaona	Funcionário Principal Administrativo	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Anne Namagonya	Funcionário Principal de Programas para	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265)	anamagonya@yahoo.co.uk

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
	Mulheres			1770 826	
Regina Kananji	Funcionário Principal de Programas para Mulheres	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Reine C. Ngozo	Funcionário Sênior de Programas para Mulheres	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	ngozoneine@yahoo.co.uk
Alice Mkandawire	Funcionário de Programas para Mulheres	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Javis Chidwala	Funcionário Administrativo	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	ichidwala@yahoo.com
Ellen Jana	Funcionário do Desenvolvimento Distrital e Comunitário	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
K.B. Mhone	Funcionário Adjunto do Desenvolvimento Distrital e Comunitário	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Ronald Phiri	Director em Exercício do Magomero Community Development College	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	ronchisi@yahoo.com
Jeanrose Kamtikana	Funcionário do Desenvolvimento Comunitário	Malawi	P/Bag 330, Lilongwe	(265) 1770 441 Fax (265) 1770 826	
Elizabeth Thoko Lungu	Director Administrativo	Malawi	Box 2087, Lilongwe	(265)17611 30/882836 2	
Rose Malamula	Director Administrativo (QIA)	Malawi	Box 1816, Lilongwe.	(265)92111 09/097940 74	
Catherine Mfitalodze	MAFAM	Malawi	Box 30716, Lilongwe 3.	(265)17728 66/017708 58	cmfitalodze@nasfam.org
Elby F. Mphuthiwa	MAWIMA	Malawi	Box 636, Blantyre	(265)88703 12	
Emma Kaliya	ONG-GCN	Malawi	Box 891, Lilongwe.	(265)88253 76/951257 1	
Mary Simukonda	MAWIMA	Malawi	Box 834 Lilongwe	(265)96625 34	
Loice Nzima		Malawi	Box No. 243, Blantyre	(265)09925 999	

NOME	TÍTULO OFICIAL	PAÍS	ENDEREÇO OFICIAL	NºTEL.	E-MAIL
Benard Kwilimbe	Director de Artes e Cultura	Malawi	Box 264, Malawi	(265)17549 11/883831 2	kwilimbe@yahoo.com
Teresita Mosquera	Presidente da Unidade técnica (WFP)	WFP-Malawi	43/2/193	(265) 9986000	Tuesita.mosquera@wfp.org
Emelang Letane	Funcionário dos Serviços Sociais	UNECA	PO Box 3005, Adis Abeba	(251) 11544 3403	eletcame@uneca.org
Essam Abukhirat	Funcionário Sénior das Políticas TIC	Comissão da UA	UA Adis Abeba		abulkhirate@african-union.org
Wynne Musabayas (Mrs)	Funcionário de Comunicações	Comissão da UA	UA Adis Abeba	(251) 911- 101466	musabayana@africa-union.org
Manassey Ntaganda	Economista Sénior	Comissão da UA	Adis Abeba		ntagandam@african-union.org
Litha Musyimi-Ogana	Director WGDD	Comissão da UA	CUA	(251) 11 551 10 92	lithamo@yahoo.co.uk
Leila Benali	Chefe de Divisão	Comissão da UA	CUA Adis Abeba	0025911/8 64903	leilabenali@laposte.net
Leta Gemechu	Funcionário do Protocolo	Comissão da UA	AUC	051155858 29	letagemechu@yahoo.com
Tsilimbiaza Soanirnela	Director do Comércio e Indústria	Comissão da UA	Comissão da UA Adis Abeba	091145311 7	tsilimbiaza@ofn.union.org
Mandekor Djimadoun	Economista Sénior	Comissão da UA	PO Box 3243 Adis Abeba	(051) 911533317	dmandekor@hotmail.com
Jeanne Flora Kayitesi	Funcionário dos Programas da CUA	Comissão da UA	CUA	(00254)091 1567935	jfkayitesi@yahoom.fr / itesiJF@africa-union.org

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
Sharm El Sheikh, Egipto

EX.CL/425 (XIII)
Anexo

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE
A CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DE MULHERES
AFRICANAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO
17-19 de Março de 2008
Lilongwe-Malawi

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA CONTINENTAL SOBRE
A CAPACITAÇÃO ECONÓMICA DE MULHERES
AFRICANAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO
17-19 de Março de 2008
Lilongwe-Malawi**

AU/CONF./EEAWCI/ Decl. I

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

NÓS, delegados responsáveis pelos Assuntos de Mulheres/Género, participando na primeira Conferência Continental Sobre a Capacitação Económica de Mulheres Africanas no Contexto da Integração, realizado entre 17-19 de Março de 2008, no Capital Hotel, Lilongwe, República do Malawi;

EVOcando os compromissos dos Chefes de Estado e de Governo Africanos relativamente às mulheres, a criação de um Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres, entre outros, apelam à CUA para garantir a sua operacionalização (Decisão da Conferência AU/Dec.134-164 (VIII) de Janeiro de 2007);

RECONHECENDO o papel importante da mulher Africana na redução dos níveis de pobreza e na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs);

LOUVANDO, os esforços feitos pela Comissão da União Africana em estreita colaboração com a República do Malawi no sentido de realizar a Primeira Conferência Continental Sobre a Capacitação Económica de Mulheres Africanas;

TENDO DELIBERADO sobre a Capacitação Económica das Mulheres Africanas destacando principalmente a criação do Fundo Fiduciário Africano para Mulheres.

POR ESTE MEIO:

Saúdam a iniciativa de realizar esta conferência de três dias para discutir questões importantes sobre a Capacitação Económica das Mulheres Africanas, incluindo a necessidade de se criar um Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres;

Propõem a criação de um Fundo Fiduciário Africano para as Mulheres que seja um Fundo Programático e de Doação;

Realçam a necessidade do Fundo Fiduciário apoiar os seguintes grupos alvo com doações, fundos renováveis, empréstimos e várias formas de assistência técnica de entre outros:

- i. Estados Membros da UA;
- ii. Comissões Económicas Regionais;
- iii. Mulheres Africanas Empresárias; e
- iv. Organizações da Sociedade Civil de Mulheres Africanas.

Recomendam que sejam considerados seriamente os seguintes princípios quando a UA avançar com a criação do Fundo Fiduciário:

- i. **Liderança:** Os Estados Membros da UA devem liderar os investimentos iniciais e compromissos contínuos de recursos financeiros substanciais para o Fundo Fiduciário

- ii. **Sustentabilidade e Propriedade:** O Fundo Fiduciário deve ser alimentado por contribuições anuais dos Estados Membros da UA, o Sector Privado Africano, a Diáspora Africana, os Filantropos Africanos e uma carteira de investimentos significativa
- iii. **Acessibilidade:** Devem ser implementados mecanismos para abranger as organizações de mulheres africanas marginalizadas, especialmente as pequenas iniciativas populares baseadas nas comunidades, através de procedimentos de doações, mais flexíveis e acessíveis possíveis, a vários grupos de mulheres para garantir que elas sejam beneficiadas pelo Fundo.
- iv. **Reforçar os mecanismos existentes:** A UA deve trabalhar e reforçar as iniciativas que tenham dado provas em vez de reinventar a roda

Recomendam ainda que seja criado um Grupo de Trabalho para preparar uma estrutura para operacionalização do Fundo Fiduciário, durante os próximos dez (10) meses.

Solicita ainda a CUA a apresentar os Termos de Referência para o Grupo de Trabalho do Fundo Fiduciário tendo em conta as seguintes questões:

- i. Consultar os Estados Membros da UA, Comissões Económicas Regionais, o sector privado, e organizações da sociedade civil da mulher africana, para garantir compromissos em relação ao Fundo;
- ii. Consultar peritos da área filantrópica dentro e fora da África assim como Fundos Africanos para Mulheres e outros mecanismos de financiamento para as mulheres africanas;
- iii. Organizar uma mesa redonda de doadores;
- iv. Propor uma estrutura Governativa e Administrativa para o Fundo Fiduciário;
- v. Elaborar critérios para doações, empréstimos e outras formas de apoio financeiros;
- vi. Identificar temas importantes em que o Fundo se deve concentrar;
- vii. Identificar os principais parceiros para trabalhar com a UA na operacionalização do Fundo Fiduciário;
- viii. Analisar estratégias para garantir que o Fundo Fiduciário é acessível às mulheres africanas;
- ix. Chegar a acordo quanto às modalidades para a sustentabilidade do Fundo Fiduciário; e
- x. Definir um calendário realista para a elaboração, lançamento e funcionamento do Fundo Fiduciário.

Sugerem que o Grupo de Trabalho do Fundo Fiduciário não tenha mais do que 20 elementos incluindo os membros do Secretariado da UA, devendo também incluir:

- i. Uma representação regional, um (1) elemento escolhido de entre funcionários do governo de cada Região;
- ii. Representantes da Sociedade Civil de Mulheres Africanas;
- iii. Representantes de Mulheres Africanas Empresárias e Mulheres de Negócios;
- iv. Representantes do Sector Privado;
- v. Fundos das Mulher das Africanas;
- vi. Peritos em Filantropia;
- vii. Especialistas na Mobilização de Recursos;
- viii. Gestores de Investimento; e
- ix. Diáspora Africana (com experiência em questões de Capacitação Económica de Mulheres).

Expressam a urgência na operacionalização deste fundo e exortam a CUA a apresentar na Conferência de Janeiro de 2009 um relatório dos progressos feito na implementação da Decisão AU/Dec. 134-164 (viii) e que o Fundo seja lançado, o mais tardar, em Julho de 2009.

Reconhece a parceria da Comissão Económica para África (CEA) e o facto de ter co-financiado esta conferência;

Felicita e agradece Sua Excelência o Dr. Bingu wa Mutharika, Presidente da República do Malawi e o Governo e o Povo do Malawi por terem acolhido a Conferência e pela sua tradicional calorosa hospitalidade demonstrada a todas as delegações.

Feita em Lilongwe, Malawi, a 19 de Março de 2008

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório da Conferência Continental Sobre A Capacitação Económica Das Mulheres Africanas no Contexto da Integração

União Africana

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3827>

Downloaded from African Union Common Repository